

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| O tema e sua justificativa | 15 |
| Importância do tema | 16 |
| Delimitação da matéria | 19 |
| Formulação da hipótese | 22 |
| 1. DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E CONCEITO | 23 |
| 1.1 Denominação | 23 |
| 1.2 Natureza jurídica | 25 |
| 1.3 Conceito | 28 |
| 2. DISTINÇÃO ENTRE A INTEGRAÇÃO À LIDE E AS HIPÓTESES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL | 29 |
| 2.1 Assistência | 34 |
| 2.2 Oposição | 38 |
| 2.3 Nomeação à autoria | 43 |
| 2.4 Denúnciação da lide | 51 |
| 2.5 Chamamento ao processo | 67 |
| 3. DISTINÇÃO ENTRE A INTEGRAÇÃO À LIDE E O CHAMAMENTO À AUTORIA PREVISTO NO ARTIGO 486 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO | 75 |
| 3.1 O <i>factum principis</i> no Direito do Trabalho | 75 |
| 3.2 O chamamento à autoria no <i>factum principis</i> | 76 |
| 3.3 Distinção entre o chamamento à autoria e as outras hipóteses de intervenção de terceiros | 80 |
| 4. CARACTERIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO À LIDE | 83 |
| 4.1 Noções sobre o litisconsórcio | 83 |
| 4.2 A integração à lide como litisconsórcio facultativo, passivo e ulterior | 93 |
| 5. ÓBICES QUANTO À ADMISSIBILIDADE DA INTEGRAÇÃO À LIDE NO PROCESSO DO TRABALHO | 95 |
| 5.1 Utilidade da integração à lide requerida apenas pelo réu | 95 |
| 5.2 Princípio da correlação entre a sentença e a demanda | 96 |
| 5.3 Sentença condenatória e integração à lide sem concordância do autor | 101 |
| 6. A REGULARIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO À LIDE | 103 |
| 6.1 Integração à lide quando o litisconsórcio passivo não é aceito pelo autor | 103 |
| 6.2 Integração à lide quando a formação do litisconsórcio passivo também é requerida pelo autor | 105 |

| | |
|--|-----|
| 7. TÉCNICA PROCESSUAL PARA VIABILIZAR A INTEGRAÇÃO À LIDE | 109 |
| 7.1 Aditamento da petição inicial | 112 |
| 8. DECISÃO INCIDENTAL DO REQUERIMENTO DE INTEGRAÇÃO À LIDE E RECURSO CABÍVEL | 117 |
| 8.1 Decisão que defere a integração à lide | 117 |
| 8.2 Decisão que indefere a integração à lide | 118 |
| 8.3 Recurso cabível da decisão que defere ou indefere a integração à lide | 118 |
| 9. ATOS SEGUINTE AO DEFERIMENTO DA INTEGRAÇÃO À LIDE | 119 |
| 9.1 Audiência: conciliação, instrução e julgamento | 119 |
| 9.2 Recursos | 124 |
| 9.3 Prazos | 127 |
| 9.4 Desistência da ação quanto a um dos litisconsortes | 129 |
| 9.5 Revelia posterior à integração à lide | 133 |
| 9.6 Ausência de contestação específica e confissão ficta posteriores à integração à lide | 136 |
| 9.7 Confissão expressa posterior à integração à lide | 138 |
| 10. CASUÍSTICA DA INTEGRAÇÃO À LIDE | 139 |
| 10.1 Integração à lide do prestador de serviços na terceirização | 139 |
| 10.1.1 Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário | 141 |
| 10.2 Integração à lide do tomador de serviços na terceirização | 156 |
| 10.3 Integração à lide da empresa de trabalho temporário ou da empresa cliente ... | 157 |
| 10.4 Integração à lide do empreiteiro ou do subempreiteiro | 160 |
| 10.5 Integração à lide do dono da obra | 165 |
| 10.6 Integração à lide do verdadeiro empregador | 167 |
| 10.7 Integração à lide da cooperativa na terceirização | 172 |
| 10.8 Integração à lide da empresa integrante do grupo econômico | 174 |
| 10.9 Integração à lide da empresa sucessora ou da empresa sucedida | 178 |
| 11. INTEGRAÇÃO À LIDE NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO | 183 |
| 12. INTEGRAÇÃO À LIDE NA AÇÃO MONITÓRIA | 187 |
| 13. INTEGRAÇÃO À LIDE NO DISSÍDIO COLETIVO | 191 |
| 14. INTEGRAÇÃO À LIDE NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA | 195 |
| 15. INTEGRAÇÃO À LIDE, EFETIVIDADE DO PROCESSO E ACESSO À JUSTIÇA ... | 203 |
| 15.1 Instrumentalidade do processo, efetividade da jurisdição e acesso à justiça .. | 203 |
| 15.2 Efetividade do processo e integração à lide | 204 |
| 16. PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DA INTEGRAÇÃO À LIDE NO PLANO LEGISLATIVO | 207 |
| CONCLUSÃO | 213 |
| REFERÊNCIAS | 215 |